

FESTAS PÚBLICAS: LISBOA E PERNAMBUCO NO CENÁRIO SETECENTISTA

Juliana da Cunha Sampaio

Doutoranda - Universidade Federal de Pernambuco
julicsampaio@gmail.com

No mundo ibérico do *Antigo Regime*, os eventos festivos tiveram lugar de destaque. Inúmeras e grandiosas cerimônias eram realizadas com objetivos diversos que iam desde recepcionar solenemente o monarca, príncipes ou membros da Igreja Católica nas cidades ou dioceses, como acontecia durante as entradas reais ou entradas públicas de bispos¹, até a montagem de autos-de-fé, considerados por Luiz Nazário como um verdadeiro espetáculo para a demonstração pública do triunfo da fé Católica².

As sociedades dos núcleos urbanos das Américas Portuguesa e Espanhola, formadas com base no modelo de ordens do *Antigo Regime* Ibérico, fundamentado na posse de títulos, na hierarquia e na demonstração de honra e distinção, transplantaram não só as instituições, mas também as cerimônias típicas de suas metrópoles.

Hábitos e valores vivenciados e disseminados por reinóis na América Portuguesa se encontraram com valores de matrizes culturais distintas da Península Ibérica, como a nativa e as africanas, o que indubitavelmente gerou adaptações impostas por sua inserção no contexto colonial (SILVA, 2005). Essas adaptações alcançaram as cerimônias públicas festivas realizadas na colônia e são essas adequações que procuraremos verificar no desenvolvimento do nosso trabalho.

Na América Portuguesa, a festa esteve ligada essencialmente ao processo de conquista e à consolidação do poder imperial e católico. Religiosa ou não, retratava de maneira teatral e simbólica as dificuldades de confrontação daqueles costumes e valores distintos, que conviveram e se misturaram.

¹ Sobre entradas solenes ver CARDIM, Pedro. Entradas Solenes rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII e PAIVA, José Pedro. Etiqueta e Cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). IN JANCÓS, István. KANTOR, Iris. (orgs.). **Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**. Vol. I. São Paulo: Hucitec, 2001.

² NAZARIO, Luiz. **Autos-de-fé como espetáculos de massa**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

As festas coloniais, sobretudo as do século XVIII, auge da cultura barroca³, foram marcadas pela rígida composição hierárquica, que reproduzia a estrutura social existente e ratificava o lugar dos participantes e espectadores na sociedade. Entretanto, os ritos festivos encerravam muito mais do que a reafirmação do poder da elite local ou a inversão de papéis por parte da população. Eles tinham significados múltiplos, pois cada grupo os compreendia de maneira distinta.

De acordo com Mary Del Priore, entre as funções da festa estava a de legitimar a perenidade das instituições de poder, mas também a de consentir que seus participantes internalizassem valores e regras da vida coletiva, suportassem o trabalho diário e estabelecessem laços de solidariedade entre si. Além disso, a festa se mostrava como hábil instrumento de diminuição das tensões próprias da diversidade étnica existente, mesmo que essas tensões tenham dela surgido (DEL PRIORE, 2000: 10).

As festividades religiosas seguiam um calendário estabelecido pela Igreja e as celebrações civis, pela monarquia, e para serem executadas necessitavam da autorização das duas instâncias (LOPES, 2004: 89). As festas simbolizavam, assim, o poder do rei ausente ou dos santos católicos, sendo a aliança entre Igreja e Estado fomentada pela cultura barroca, que garantia os interesses de ambas as instituições.

Uma demonstração da importância das festividades para o estabelecimento ou para a manutenção de símbolos de poder pode ser constatada em uma situação ocorrida no final do século XVII, na Capitania de Pernambuco, quando houve uma desavença relacionada a uma insígnia envolvendo o vigário geral, o governador da Capitania, D. Pedro de Almeida, e a Câmara de Olinda. Os oficiais da Câmara desejavam que o seu pendão, emblema do senado, fosse levado durante as procissões ao lado do pódio, localizado na frente do cortejo, ao invés de estar junto aos oficiais, como deliberou o Vigário da Sé.

O então governador de Pernambuco interferiu no caso, vetando a presença do pendão nas procissões e recebeu como resposta da Coroa que a proibição fosse desfeita, pois aquela insígnia

³ Essa cultura é definida por José Antônio Maravall como uma estrutura de pensamentos e valores surgida no século XVII, na Espanha, expandindo-se pela Europa Ocidental e colônias americanas, ligada à Igreja Católica Tridentina. Ela caracterizava-se pela hierarquização, a misoginia, a ostentação, o cultivo do ócio e da ritualística, elementos visualizados no cotidiano e nas relações sociais, mas, principalmente, nas cerimônias públicas (procissões, festas dos santos protetores e celebrações ligadas à monarquia) promovidas pelo Estado, pela Igreja e pelas confrarias nas colônias. MARAVALL, José Antonio. **A Cultura do Barroco** – Análise de Uma Estrutura Histórica. São Paulo: Edusp, 1997.

representava o próprio rei que estava ausente⁴. A população reconhecia no pendão da Câmara a referência à realeza e caso o mesmo não estivesse mais presente nas procissões, a legitimidade do rei diante da sociedade estaria ameaçada, pois nem todos entendiam os discursos proferidos e as ladainhas em latim, mas compreendiam as posições dos participantes e os significados dos emblemas utilizados nas festividades.

Assim sendo, a festa se apresentava como atividade essencial para as sociedades da América Portuguesa e mobilizava os moradores das urbes e de seus arredores, fossem eles homens, mulheres, brancos, pretos, pardos, cativos, libertos ou livres que organizados em confrarias ou ocupando funções públicas nas câmaras municipais, promoviam as cerimônias festivas civis e religiosas.

As confrarias, em especial as irmandades leigas, eram as maiores responsáveis pela promoção das festas devocionais. Surgidas na capitania de Pernambuco, a partir do século XVII, em virtude da associação consensual de leigos religiosos e de grupos específicos, étnicos ou profissionais, as irmandades agrupavam prioritariamente brancos, ou pardos, ou pretos, profissionais do mesmo ofício ou de ofícios semelhantes.

Como exemplo, podemos citar as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos das Vilas do Recife, de Olinda e de Goiana, a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos da Vila de Serinhaém, do Patriarca São José dos Quatro Ofícios Anexos Carpinteiros, Pedreiros, Marceneiros e Tanoeiros da Vila de Santo Antônio do Recife, do Santíssimo Sacramento, entre outras.

Os leigos se reuniam com o objetivo inicial de devoção a um(a) santo(a) protetor(a), além de prestarem assistência caritativa aos irmãos necessitados, realizavam eventos de caráter sagrados e/ou lúdicos, como procissões, missas, cerimônias de enterramento e, no caso de algumas irmandades de pretos, a coroação do rei e da rainha do Congo⁵. Essas instituições eram

⁴ SILVA, Kalina Vanderlei. Cerimônias Públicas de Manifestação de Júbilo: Símbolos Barrocos e os Significados Políticos das Festas Públicas nas Vilas Açucareiras de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII. In: SILVA, Kalina Vanderlei. (Org.). **Ensaio Culturais Sobre a América Açucareira**. Recife: GEHSCAL, Vol. I, 2006.

⁵Sobre o geral das irmandades ver ASSIS, **Pretos e Brancos**: a serviço de uma ideologia de dominação. (Caso das Irmandades do Recife). Recife: UFPE, 1988. BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005; BOSCHI, Caio. **Os Leigos e o Poder** - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. Gomes Neto, Álvaro de Souza. Resistência e desintegração cultural: as confrarias de Buenos Aires no período colonial. **MNEME – Revista de Humanidades**. V. 04. N. 09, fev./mar. de 2004. Disponível em <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. MAC CORD, Marcelo. **O Rosário de D. Antônio**: Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife – 1848-1872. Recife: Editora da UFPE, 2005. REIS, João José. Op. Cit.. SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãs do Rosário de Santo Antônio**: gênero, cotidiano e sociabilidade em Recife

regidas pelos compromissos ou estatutos compromissais, conjunto de normas que definiam seu funcionamento, o perfil de seus associados, sua admissão, a composição da mesa administrativa, a realização da festa do orago e das procissões (SOUZA, 2002:134).

A festa do orago era um dos eventos mais importantes das confrarias e estavam revestidas de inúmeros sentidos. Cada grupo os compreendia e os vivenciava de maneira distinta. Como afirma Rita de Cássia Araújo:

A festa seja ela sacra ou profana, realiza-se envolta numa rede de significados que, expressando-se por meio de símbolos, ritos, alegorias, gestos e imagens, são tanto mais diversificados, ambíguos ou ambivalentes quanto múltiplas sejam a divisão social do trabalho e a procedência étnica e histórica dos indivíduos e grupos que compõem o conjunto da sociedade (ARAÚJO, 2001:425)

Além das irmandades leigas, as câmaras municipais eram grandes promotoras de cerimônias e festas públicas, realizadas com base em ordens régias e a partir do calendário estabelecido pela Coroa, objetivavam, principalmente, ratificar a ligação existente entre os súditos e a monarquia e demarcar o lugar social da elite local e de autoridades régias e religiosas⁶.

Assim, acreditamos que através da observação das festividades, organizadas e executadas pelos incontáveis grupos étnicos e sociais que compunham as irmandades leigas e as câmaras municipais, na Capitania de Pernambuco e na capital do Império Português, é possível apreender as inúmeras finalidades das festas coloniais da América Portuguesa no setecentos.

Segundo Roger Chartier, “a festa deixou de ser o território do pitoresco e do anedótico para tornar-se um revelador maior das clivagens, tensões e representações que atravessam uma sociedade” (CHARTIER, 2004:22). Nesse sentido, a análise das festas passa a ser necessária ao entendimento das idéias e dos indivíduos que atravessaram o atlântico e construíram novas realidades no mundo colonial ibérico.

(1750-1800) (dissertação de mestrado) Recife: UFRPE, 2009. SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação do Rei do Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

⁶ SILVA, Kalina Vanderlei. Cerimônias Públicas de Manifestação de Júbilo: Símbolos Barrocos e os Significados Políticos das Festas Públicas nas Vilas Açucareiras de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII. In: SILVA, Kalina Vanderlei. (Org.). **Ensaio Culturais Sobre a América Açucareira**. Recife: GEHSCAL, Vol. I, 2006.

Partindo dos cenários existentes na América Portuguesa e em Lisboa e tomando como base a historiografia e a documentação existentes sobre as festividades nesses locais, elaboraremos um quadro tipológico das festas e cerimônias realizadas no setecentos, considerando suas características e formas de execução, bem como a presença de rituais específicos, hierarquia, símbolos e outros elementos que as constituíam.

Não pretendemos, porém, instituir um conceito único sobre a festa, engessado em parâmetros construídos por nós para chegar a uma classificação, pois, como afirma Roger Chartier, as definições de festa “são certamente a coisa menos compartilhada do mundo” (CHARTIER, 2004:24). Todavia, objetivamos organizar um panorama das festas naqueles espaços, em que residiam e/ou circulavam indivíduos para os quais estes eventos possuíam importantes significados, o que implica na construção de um conceito apropriado às situações analisadas.

Procissões, festas de padroeiros e padroeiras de instituições religiosas, festas reais, aclamações, entradas solenes, festas fúnebres faziam parte da vida social, cultural e política daqueles indivíduos e se transformaram em momentos de expressão de poder, de resignificação ou afirmação de papéis sociais, de apaziguamento das tensões provocadas pela escravidão de nativos e africanos na colônia e, ainda, como lugar de devoção e lazer para homens e mulheres colonos, escravos, livres e libertos.

Desse modo, o evento festivo apresentava-se, segundo José Ramos Tinhorão, como uma oportunidade de sociabilidade⁷ (TINHORÃO, 2000:7-9), idéia da qual compartilhamos, uma vez que os espaços de convivência tanto na metrópole, quanto na colônia se ampliavam naquelas cerimônias e atividades, fossem elas promovidas pela esfera religiosa ou não.

“O acontecimento festivo é indício, em que o excepcional tem a tarefa de relatar o comum” (CHARTIER, 2004:22). Nesse sentido, a festa apresenta-se como um fértil campo para o estudo das relações estabelecidas entre os grupos existentes na sociedade lusitana e na América Portuguesa, tendo como parâmetro de análise o universo cultural e simbólico construído em torno dessas festividades, bem como o seu impacto na vida cotidiana das pessoas que delas participavam.

⁷Consideramos que a sociedade constitui-se por indivíduos que interagem entre si de forma específica, de acordo com um tempo e espaço definidos e, nesse sentido, buscaremos perceber de que maneira ocorriam essas interações, isto é, como aconteciam as relações de sociabilidade antes, durante e depois dos ritos festivos, levando em conta, além do grupo social, a etnia, o sexo e a condição jurídica dos indivíduos. FRÚGOLI Jr. Heitor. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Grande parte da documentação existente sobre o tema da nossa pesquisa demonstra a dimensão urbana dos eventos festivos. Apesar deles ocorrerem, também, em áreas rurais ou mais afastadas das vilas, as regiões urbanizadas foram cenário privilegiado de execução das festas religiosas e governamentais, promovidas pela realeza, pelas instituições públicas como as câmaras municipais e pelas confrarias leigas, sendo, por isso, as vilas de Recife, Olinda e a capital lusitana nosso corte espacial para a realização desse estudo.

A FESTA E A HISTORIOGRAFIA

Estudos relacionados a festividades começaram a ser produzidos no Brasil a partir de fins do século XIX, por memorialistas, viajantes, literatos e juristas, interessados, principalmente, em identificar nas expressões lúdicas populares os alicerces da nacionalidade brasileira. Já a partir da década de 1930, pesquisadores sociais promoveram uma renovação nos ‘modos de ver’ as manifestações festivas, se dedicaram à implantação de novas teorias e métodos, a fim de estudá-las enfatizando os aspectos sociológicos ao invés de priorizar o folclorismo, hábito de pesquisadores anteriores.

Ao mesmo tempo, estudiosos brasileiros como Mário de Andrade e Câmara Cascudo, conectados com as obras etnológicas européias e americanas, renovaram a pesquisa folclórica. Ganham espaço através da divulgação de trabalhos publicados em revistas e do apoio governamental. Contudo, mesmo sendo produzidos lado a lado e tendo se influenciado mutuamente, estudos folclóricos e etnográficos não andaram de mãos dadas na academia, sendo os primeiros introduzidos nas universidades no início da década de 1940, por nomes como Artur Ramos e Gilberto Freyre (JANCSÓN. KANTOR, 2001:4 -7).

No âmbito historiográfico, os trabalhos acerca das festas tiveram destaque a partir de 1970, especialmente na França, com a Nova História, e nas regiões anglo-saxãs, onde o interesse pelos estudos de rituais e fenômenos de sociabilidade desenvolveu-se. Nesse mesmo período, no Brasil, foram produzidos estudos sobre as festas, empregados largamente na década seguinte pela nova história cultural brasileira. Com perspectivas e abordagens inovadoras, essa historiografia se permitiu utilizar formas ‘originais’ de narração dos eventos festivos, bem como ampliar consideravelmente a documentação utilizada pelos pesquisadores. Nesse caso, a comparação

entre as fontes durante a pesquisa é essencial para percebermos a multiplicidade da festa e as várias vozes que nela circulavam. No rol das possíveis fontes podemos fazer uso de literatura, memórias, crônicas, processos-crime, documentos administrativos, camarários, eclesiásticos, pinturas, entre muitos outros, o que possibilitou a expansão dos estudos acerca do tema, tornando-os basilares nas análises das relações sociais e culturais (JANCSÓN, KANTOR, 2001:8-10).

Nas festividades coloniais, o poder de mando à distância da Coroa se intensificava, aparecendo por meio de liturgias específicas, tanto no âmbito civil, quanto eclesiástico (KANTOR, 2008:165). Na análise destes e de outros aspectos, alguns autores contribuem sobremaneira para o nosso trabalho. Entre eles, destaca-se Emílio Carlos Rodriguez Lopez, que trata a festa como uma expressão da memória, partilhada pelos grupos sociais, que nos espaços de festejos reinterpreta, recriam e disseminam suas idéias, numa dimensão política e social da celebração, utilizando largamente símbolos e insígnias para a construção de uma arquitetura efêmera, mas extremamente representativa dos anseios da população e da própria monarquia (LOPEZ, 2004).

Já Roger Chartier aborda a festa, mesmo com sua efemeridade, como reveladora das estruturas e mentalidades sociais. Nessa perspectiva, as cerimônias festivas na América Ibérica funcionavam como a materialização das normas e dos ideais impostos pelas elites coloniais, ao mesmo tempo em que demonstrava a não aceitação ou reinterpretação de tais normas, pelos grupos menos favorecidos economicamente e desprestigiados socialmente em função de sua etnia e/ou condição jurídica.

Chartier versa, também, sobre a tentativa de controle dos corpos e do tempo travada pela Igreja Católica nos rituais festivos e sobre a festa como instrumento de dominação política, podendo, assim como relata Emílio Lopez em sua obra, funcionar como palco para confrontos de estratégias sócio-políticas distintas.

Isso ocorria, quando, a exemplo do que aconteceu na América Portuguesa, a Igreja regulava, através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, as formas de organização e execução de festividades, especialmente procissões, bem como as maneiras dos fiéis de comportarem durante o rito. Enquanto as câmaras municipais, representantes da administração colonial, envolviam-se no custeio e na elaboração do programa festivo, detendo lugares de destaque nos cortejos integrantes das festas, sendo, muitas vezes, seus membros

participantes de confrarias leigas, responsáveis, também, pela promoção das cerimônias religiosas festivas.

Extremamente importante e que não pode deixar de ser citada, no que se refere às festividades na América Portuguesa e que se utiliza, muitas vezes, do recurso da comparação entre regiões da própria colônia e entre a colônia e a metrópole lusitana, é a obra organizada por István Jancsó e Iris Kantor: *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. Apresentada em dois volumes, reúne textos de grande valor historiográfico, escritos por nomes como Pedro Cardim, Silvia Hunold Lara, Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, Luis Geraldo Silva, Vera Lúcia Ferlini, Beatriz Catão, Lilia Moritz Schwarcz, Martha Abreu e outros, que abordam com propriedade temas como celebrações da morte, carnaval, festas monárquicas, entradas solenes, festas de reis negros, revoltas nas cerimônias festivas, folguedos, gastos com as festas, festa de *Corpus Christi*, liturgias, procissões e outras temáticas relacionadas com as cerimônias públicas.

No tocante à Cultura Barroca e à Igreja Católica Tridentina, buscamos autores como José Antônio Maravall (MARAVALL, 1997), Eduardo D'Oliveira França (FRANÇA, 1997) e Kalina Vanderlei Silva (SILVA, 2003). Os dois primeiros traçam um percurso do surgimento do barroco enquanto estrutura de pensamentos e valores, na Europa Ocidental no século XVII, relacionando-o à luta de representações existentes entre o grupo social dos *hidalgos versus* o grupo dos *caballeros*, como também à Igreja Católica reformada após do Concílio Tridentino, a partir do qual criou estratégias de efetivação de sua “missão doutrinária”. Já Kalina Vanderlei, define o barroco mestiço como um encontro de elementos do barroco ibérico com as culturas indígenas e africanas, o que gerou um sistema de valores próprios das urbes açucareiras e mineradoras.

Essas definições são complementadas com o conceito de universo cultural, trabalhado por Eduardo França Paiva, em que o mesmo afirma que o universo cultural na colônia se apresentava de forma dinâmica, onde o contato entre os valores culturais existentes era constante e os sistemas de valor dos diferentes grupos se influenciavam mutuamente, mesmo quando um deles se sobressaía em relação aos outros (PAIVA, 2001).

Assim, a partir do diálogo com esses autores e obras e tendo como referência as trocas culturais, sociais e econômicas ocorridas entre Portugal e a América Portuguesa, realizadas via oceano atlântico, desenvolveremos este trabalho objetivando colaborar com a produção historiográfica existente sobre as festas na colônia portuguesa americana.

O embasamento teórico-metodológico da nossa pesquisa encontra suporte na história sociocultural, definida em linhas gerais como o estudo das relações entre os grupos sociais a partir da análise da cultura vigente (BURKE, 2002), o que nos possibilita a realização de uma análise da sociedade metropolitana e colonial ibérica, partindo do pressuposto expresso por George Duby (DUBY, 1976) e Roger Chartier (CHARTIER, 1990), de que para escrever a história das sociedades precisamos conhecer as atitudes mentais, já que é através das representações ou imagens construídas que homens e mulheres baseiam sua conduta.

Essas construções, fomentadas na América Ibérica, receberam influência direta da cultura das metrópoles Portugal e Espanha, uma cultura intrinsecamente relacionada à religião e à política, que utilizou inúmeros artifícios para a manutenção e propagação de seu poder, entre eles as festas públicas, consideradas nesse caso, não só como momento lúdico, de sociabilidade ou de devoção, mas também um instrumento de educação.

Nesse sentido, destacamos a utilização do conceito de *papel social* em nosso trabalho, definido “com base nos padrões ou normas de comportamento que se esperam daquele que ocupa determinada posição na estrutura social, provendo essa expectativa, frequentemente, dos pares (BURKE, 2002: 71). Esse conceito, atrelado ao de sociabilidade, definido por Heitor Frúgoli (FRÚGOLI, 2007), torna-se indispensável para trabalharmos a sociedade colonial açucareira, hierarquizada, que vivia do *status* conferido, especialmente, pela ocupação de certas posições na estrutura social em voga, como a de senhor, escravo ou trabalhador livre, pela ocupação de cargos administrativos e eclesiásticos ou, ainda, pelo cumprimento das normas comportamentais estabelecidas para homens e mulheres.

Dessa maneira, faremos uma análise das festividades públicas promovidas na América Portuguesa trabalhando, além do próprio conceito de festa, conceitos e categorias como o de papel social, sociabilidade, qualidade, condição, espaço público e outros, embasados na bibliografia citada ao longo do texto e em inúmeras outras produções sobre o tema, inserido-o no cenário metropolitano e colonial do século XVIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. A Redenção dos Pardos: A festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. JANCÓS, István. KANTOR, Iris. (orgs.). **Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**. Vol. I. São Paulo: Hucitec, 2001.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Lisboa, Difel, 1990.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DUBY, Georges. História Social e Ideologias das Sociedades. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1976.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: Hucitec. 1997.

FRÚGOLI Jr. Heitor. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

JANCÓS, István. KANTOR, Iris. (orgs.). **Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**. Vol. I e II. São Paulo: Hucitec, 2001.

KANTOR, Iris. Festas públicas e processo colonizador: as festas de comemoração da conquista do Tibagi na segunda metade do século XVIII. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 165-177, 2008.

LOPES, Emílio Carlos Rodriguez. **Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

MARAVALL, José Antonio. **A Cultura do Barroco – Análise de Uma Estrutura Histórica**. São Paulo: Edusp, 1997.

NAZARIO, Luiz. **Autos-de-fé como espetáculos de massa**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**. Minas Gerais: 1717-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. O Barroco Mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII. **Mneme- Revista Virtual de Humanidades**. v. 7 - n. 16 - jun./jul.2005.

_____. Cerimônias Públicas de Manifestação de Júbilo: Símbolos Barrocos e os Significados Políticos das Festas Públicas nas Vilas Açucareiras de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII. In: SILVA, Kalina Vanderlei. (Org.). **Ensaios Culturais Sobre a América Açucareira**. Recife: GEHSCAL, Vol. I, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação do Rei do Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34, 2000.